



## **23 DE OUTUBRO DE 2017**

### **Segunda-feira**

- NA CRISE, MATRIZES ENVIAM R\$ 60 BI PARA MONTADORAS
- VOLKSWAGEN ANTECIPA RETORNO DO TERCEIRO TURNO
- EDITORIAL: A REBELIÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO
- CNI AVALIA QUE PORTARIA TRAZ SEGURANÇA JURÍDICA E CONTRIBUI PARA COMBATE MAIS EFICAZ DO TRABALHO ESCRAVO
- INTRAEMPREENDEDORISMO ABRE ESPAÇO PARA STARTUPS DENTRO DAS EMPRESAS
- CONSUMO DE BENS INDUSTRIAIS NO PAÍS CRESCE 2,5% EM AGOSTO ANTE JULHO, DIZ IPEA
- COM O NATAL CHEGANDO, COMÉRCIO RETOMA PEDIDOS À INDÚSTRIA
- ESTRANGEIROS AGUARDAM DEFINIÇÃO NO CENÁRIO POLÍTICO PARA INVESTIR NO PAÍS
- OPINIÃO: REGRAS IGUAIS PARA EMPRESAS DIFERENTES SUFOCAM PEQUENAS
- ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL PREJUDICOU MERCADO DE TRABALHO ATÉ 2010
- CAIXA E BNDES BUSCAM AJUDA NO FGTS
- PARA PRESIDENTE DO BNDES, 2018 É UMA JANELA IMPORTANTE, A DA RESPOSTA POLÍTICA
- FOCUS - MERCADO VÊ PREÇOS ADMINISTRADOS MAIS ALTOS EM 2017 E CORTE DE 0,75 P.P. NOS JUROS ESTA SEMANA
- CÂMBIO PARA FIM DE 2017 SOBE DE R\$ 3,15 PARA R\$ 3,16, PREVÊ FOCUS
- PROJEÇÃO PARA SELIC NO FIM DE 2017 SEGUE EM 7,00% AO ANO, APONTA FOCUS
- POUPANÇA RENDE MENOS, MAS VOLTA A ATRAIR MILIONÁRIOS NO 1º SEMESTRE
- ELECTROLUX COMPRA MARCA ELETRODOMÉSTICOS CONTINENTAL NA AMÉRICA LATINA
- MESMO SEM VENDER ATIVOS, CSN VOLTA A NEGOCIAR DÍVIDAS DE R\$ 10 BILHÕES COM BANCOS
- 'SE PRIVATIZAR A ELETROBRÁS, TOMAREMOS DE VOLTA', DIZ CIRO GOMES
- PRODUÇÃO EÓLICA CRESCE 25,7% ATÉ AGOSTO E VAI A 4.032 MW MÉDIOS, DIZ CCEE

- CADE APROVA ASSOCIAÇÃO ENTRE CBA E NEXANS BRASIL NA FABRICAÇÃO DE VERGALHÕES DE ALUMÍNIO
- COM FRETE RODOVIÁRIO ABAIXO DO CUSTO, CNI DEFENDE FISCALIZAÇÃO PARA EVITAR CRISE
- CARROS CHINESES TERÃO ESC A PARTIR DE JANEIRO DE 2018
- CRONOS É O NOME DO NOVO SEDÃ DA FIAT
- BOSCH LEVA ÔNIBUS CONECTADO A FEIRA BELGA
- FENATRAM GERA VENDA DE MAIS DE 2 MIL CARRETAS
- MITSUBISHI ENFRENTA GREVE EM CATALÃO
- MERCADO LIVRE LANÇA RESERVA DE CARROS PELA INTERNET
- PEUGEOT 208 GANHA CÂMBIO AUTOMÁTICO DE SEIS MARCHAS E CONSUME MENOS

<b>CÂMBIO EM 23/10/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,198	3,198
<b>Euro</b>	3,756	3,758

**Fonte: Bacen**

### Na crise, matrizes enviam R\$ 60 bi para montadoras

23/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Nos últimos dois anos, a indústria automobilística brasileira recebeu das matrizes US\$ 18,7 bilhões, o equivalente a R\$ 60 bilhões pela cotação atual. Esses recursos chegaram como empréstimos das matrizes para as filiais e como investimentos por meio do aumento de participação no capital.

O dinheiro tem ajudado as empresas a cobrirem despesas como salários, compra de peças e investimentos.

Até agosto, conforme dados do Banco Central (BC), o investimento direto no País no setor de veículos automotores, reboques e carrocerias foi mais que o triplo do registrado em 2012 e 2013, quando a venda de veículos foi recorde. Nos dois anos pré-crise, o setor recebeu R\$ 17,7 bilhões (US\$ 5,6 bilhões).

Parte do dinheiro recebido nos últimos meses deve bancar os investimentos mais urgentes dentro dos planos recentes anunciados pelas montadoras, que somam R\$ 16,8 bilhões.

Os dados do BC mostram também que os valores de empréstimos intercompanhias (concedidos pelas matrizes às filiais e que devem ser devolvidos posteriormente) são

superiores aos ingressos em forma de participação no capital (dinheiro a fundo perdido).

Para analistas, esse movimento mostra que as matrizes estão socorrendo as subsidiárias, mas acreditam na recuperação do mercado e na capacidade das empresas em honrar as dívidas futuramente.

“Os empréstimos intercompanhias são a melhor forma de financiar os desenvolvimentos da indústria, uma vez que, embora os juros locais estejam caindo, ainda são elevados se considerarmos os padrões internacionais”, diz o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale.

**Novos produtos.** A maior parte dos investimentos anunciados nos últimos meses para projetos até 2022 está sendo direcionada ao desenvolvimento de novos produtos, novas tecnologias e modernização das fábricas.

Muito pouco vai para ampliação de capacidade produtiva, alvo do ciclo anterior de investimentos. Com a crise, a maioria das fábricas opera com elevada ociosidade.

Segundo Megale, os primeiros sinais da recuperação da economia e do mercado automotivo são evidentes e é importante para as empresas continuarem com o processo de evolução dos seus veículos. “A indústria automobilística é movida por produtos, e quem não renova fica para trás”, diz Rodrigo Custódio, da consultoria Roland Berger.

“Não vejo nesse momento uma nova onda de investimentos, mas uma continuidade para manter os produtos atualizados, pois hoje os veículos são cada vez mais globais e é preciso manter as atualizações”, diz Marcelo Cioffi, da PwC. “De qualquer forma, demonstra que o Brasil continua sendo importante na estratégia global das companhias.”

Custódio calcula que, para a produção de um novo carro, são necessários aportes de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão. Para ele, grupos que demoraram a renovar a linha de produtos são os que mais perderam fatia de mercado.

“Algumas esperaram para investir no momento de recuperação das vendas e outras não tinham caixa para isso.”

**Juros.** As empresas brasileiras normalmente têm prazos de cinco a dez anos para pagar os empréstimos das matrizes, a juros internacionais, menores que os nacionais.

Segundo o BC, parte do aumento do investimento direto para o setor “se deve a uma recuperação dos fluxos de investimento direto após a crise financeira internacional”.

Também afirma que, pelas estatísticas disponíveis, não há indícios de que as empresas tenham usado porcentual desses recursos para investir no mercado financeiro local e se beneficiar do juro alto, uma hipótese que costuma se apontada para justificar o forte ingresso de divisas estrangeiras no País.

Para o diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet), Luís Afonso Lima, os indícios são mesmo de que “as empresas do setor estão fazendo uso dos empréstimos intercompanhias em suas operações com vista a desenvolver produtos, fomentar exportações e desenvolver processos e produtos”.

## **Volkswagen antecipa retorno do terceiro turno**

23/10/2017 – Fonte: DGABC



Aumento de exportações do Saveiro e produção do Polo influenciaram decisão

Suspenso desde junho de 2015 por conta da crise, o terceiro turno voltou a dar as caras no chão de fábrica da Volkswagen, em São Bernardo. O retorno era esperado pela montadora apenas no fim de novembro, devido ao anúncio do investimento de R\$ 2,6 bilhões na planta, até 2020, para a produção do novo Polo e do sedã Virtus, além de outros dois modelos de nomes não revelados.

Na avaliação do diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Messias Damasceno, dois fatores influenciaram para a decisão: o aumento das exportações do Saveiro para a Argentina e a dificuldade de cumprir o volume diário de produção do novo Polo. "Lançamento de carro é sempre algo positivo porque anima a cadeia produtiva e dá fôlego às autopeças."

Segundo o sindicato, o número de operários em lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) passou de 687 para 167 por conta da reintegração de dois grupos nos dias 9 e 16. Lembrando que o contingente que retornou estava afastado desde o dia 1º de agosto.

Questionado a respeito do retorno do excedente restante, Damasceno acredita que a planta pode voltar operar "100%" até o fim do ano. "Os funcionários que estão em lay-off podem regressar a qualquer momento."

Damasceno também ressaltou que a queda no número de excedentes não é motivada apenas por fatores positivos. "Três turnos passam imagem de que a planta estaria saindo dessa condição (de demissões), mas a conta só está fechando pela saída de trabalhadores via PDV (Programa de Demissão Voluntária)."

De acordo com dados do sindicato, 1.337 trabalhadores aderiram ao PDV iniciado em agosto de 2016.

## **Editorial: A rebelião dos magistrados do Trabalho**

23/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Movimento coordenado de resistência à reforma trabalhista extrapola, e muito, o campo puramente jurídico para mostrar sua face político-ideológica***

Faltando poucas semanas para a entrada em vigor da reforma trabalhista, essa modernização da legislação, que já enfrentava fortes críticas e uma verdadeira campanha de desinformação por parte da oposição política ao presidente Michel Temer, ganhou um novo e forte obstáculo para sua aplicação concreta.

Durante encontro da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), não apenas ministros, desembargadores e juízes, mas também procuradores, auditores e advogados trabalhistas manifestaram sua intenção explícita de resistir ao texto legal, que seria inconstitucional e desrespeitaria convenções internacionais às quais o país adere.

Um movimento coordenado que extrapola, e muito, o campo puramente jurídico para mostrar sua face político-ideológica.

Prova disso é o recurso à expressão "Estado de exceção". Essa banalização do termo, que a esquerda tem usado desde a época do mensalão para descrever o "julgamento político" dos chefes petistas no STF, é um desrespeito aos brasileiros que sofreram sob os verdadeiros regimes de exceção, além de não parar em pé no caso do texto da Anamatra, que alega "votações a portas fechadas" para insinuar que a lei não foi cumprida no caso da tramitação da reforma trabalhista, afirmação que chega a ser surreal dada a publicidade que o tema teve enquanto passou pelas duas casas do Congresso.

A mentalidade herdada das ideologias de esquerda ajuda a compreender o atraso brasileiro quando o tema são as relações trabalhistas

E a reação dos magistrados do Trabalho não se dirige a este ou aquele ponto da reforma. Há, sim, contestações a itens específicos da nova legislação, mas o pano de fundo, que a Anamatra não esconde, é a oposição à lei como um todo: "A Lei 13.467/17 é ilegítima, no sentido formal e material, devendo ser integralmente rejeitada", diz a primeira frase de um dos textos publicados pelos magistrados no site da instituição, que também faz uma série de outras críticas a atos do governo Temer, novamente entregando a motivação política da mobilização contrária à reforma trabalhista.

Além do aspecto político, também há o ideológico. Para parte substancial dos agentes públicos envolvidos com a Justiça do Trabalho, o empregador é um explorador nato, sempre à procura de todos os meios possíveis de arrancar o máximo do empregado, sem preocupação alguma com seu bem-estar ou progresso pessoal e profissional. Uma mentalidade herdada das ideologias de esquerda e que ajuda a compreender o atraso brasileiro quando o tema são as relações trabalhistas, atraso este que a reforma trabalhista tenta combater ao abrir mais espaço para a livre negociação entre patrões e empregados.

Mas podem os magistrados simplesmente se recusar a aplicar a reforma trabalhista? Ainda que a corte constitucional brasileira seja o Supremo Tribunal Federal, existe, também, o "controle de constitucionalidade difuso", que pode ser exercido por qualquer órgão do Poder Judiciário. Eventualmente, por meio de recursos, o STF acabará soterrado por ações ligadas ao conteúdo da reforma.

Já que a própria Anamatra fez questão de tornar público esse movimento orquestrado para contestar a reforma trabalhista, urge que o Supremo seja provocado o quanto antes para esclarecer se há inconstitucionalidades na Lei 13.467.

Qualquer demora, quando se trata de questões ligadas a trabalho e emprego, pode ameaçar o ganha-pão de empresários e funcionários graças aos efeitos deletérios da insegurança jurídica. Os empregos perdidos e os negócios fechados por decisões fundamentadas em ideologia são situações às vezes impossíveis de reverter.

**CNI avalia que portaria traz segurança jurídica e contribui para combate mais eficaz do trabalho escravo**

23/10/2017 – Fonte: CNI

**Norma do Ministério do Trabalho não enfraquece luta contra formas degradantes de trabalho nem abranda legislação contra este crime. CNI reforça que o trabalho escravo é absolutamente incompatível com as modernas relações de trabalho defendidas para o setor**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifesta seu apoio à Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho. Para a entidade, a portaria não enfraquece a luta contra o trabalho escravo, tampouco abranda a legislação que conceitua este crime.

Pelo contrário, ela representa um importante avanço na definição de um conceito mais claro sobre trabalho escravo. Propicia também maior segurança jurídica, evitando que empresas sejam acusadas injustamente, em função de posições subjetivas e até ideológicas de fiscais, e possibilitando uma aplicação mais eficaz da legislação.

Na avaliação da CNI, a portaria tem a virtude de definir com mais clareza os parâmetros para o trabalho forçado, para a jornada exaustiva, para a condição degradante e para a condição análoga ao trabalho escravo.

Isto ajudaria a coibir excessos e a impedir a ocorrência de autuações abusivas, como a que foi imposta a uma empresa de Campinas (SP), acusada de submeter seus empregados a "condições degradantes" devido à falta de suporte de sabonete e de cabide para toalha nas proximidades do chuveiro do canteiro de obras.

"As alterações introduzidas pela portaria não comprometem o entendimento da indústria de que o trabalho escravo é absolutamente incompatível com as modernas relações de trabalho defendidas pelo setor. Na verdade, o que se busca é sanar distorções na aplicação da lei e prestigiar o devido processo legal", afirma o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan.

**COMÉRCIO EXTERIOR** - A CNI entende que as mudanças introduzidas pela portaria não trarão impacto negativo sobre as exportações nem sanções a cadeias produtivas, uma vez que elas estão alinhadas com o que preconiza a Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## **Intraempreendedorismo abre espaço para startups dentro das empresas**

23/10/2017 – Fonte: G1

***Incentivar a inovação é quase um mantra das empresas de tecnologia. Empresário abre espaço para novas ideias e até startups.***

Incentivar a inovação é quase um mantra das empresas de tecnologia e onde há novas ideias surgem novos negócios. Não é incomum ver empresas que promovam o surgimento de novas startups e os funcionários são os próprios empreendedores. Este é um dos efeitos do intraempreendedorismo.

Cristiano Kanashiro se alimenta de ideias e é um exemplo desse movimento. Em 2009, ele montou uma empresa para criar aplicativos e softwares. Os 60 funcionários têm uma única missão: "queimar" os neurônios para ter boas sacadas. "Para entrar na empresa precisa ter espírito empreendedor. Precisa ser empreendedor, saber colaborar, querer aprender e ensinar", afirma o empresário.

Não há hierarquia na empresa, então não é uma equipe de funcionários que se submete a um chefe. Isso é para facilitar com que as pessoas se sintam à vontade para sugerir mudança e inovações. Com essa visão, foi criado também um projeto para incentivar o intraempreendedorismo, um sistema que incentiva a inovação e pode promover o nascimento de uma empresa dentro de outra empresa.

O processo começa com uma reunião de toda a equipe. Depois, são formados grupos que precisam criar projetos baseados em três pilares: criatividade, modelo de negócio diferente e inovação. Um mês depois, os grupos são chamados para apresentar as ideias.

## **Novos projetos**

Desde que Cristiano criou o laboratório de ideias, dezenas de projetos nasceram. O do Vinícius Ciccarele, por exemplo, já caminha com as próprias pernas. Ele criou uma solução para gestão de equipes de vendas de indústria, usando uma plataforma web e um aplicativo.

A ideia surgiu a partir de necessidades de clientes de uma empresa que já atendia. Ele gosta de usar uma palavra estranha para explicar uma descoberta afortunada: serendipidade. "Você estar parado, estar olhando e conecta dois pontos que parecem aparentemente desconexos, mas naquele momento você tem um insight de conectá-los".

## **Entrevista**

A consultora de RH em startups, Daiane Andognini, explica que existem diversos tipos de inovação dentro das empresas e diversos tipos de profissionais que se adequam a essa inovação.

## **Consumo de bens industriais no País cresce 2,5% em agosto ante julho, diz Ipea**

23/10/2017 – Fonte: Tribuna PR (postado em 20-10-2017)

O consumo de bens industriais no País cresceu 2,5% em agosto ante julho, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Indicador Ipea de Consumo Aparente da Indústria avançou 4,4% em agosto na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O indicador é obtido a partir da soma da produção industrial doméstica e das importações, menos as exportações. Com o resultado de agosto, a taxa acumulada em 12 meses ficou negativa em 0,7%, reduzindo o ritmo de queda registrado em julho, quando estava em -1,6%.

As importações de bens industriais saltaram 8,7% em agosto ante julho, enquanto a produção doméstica avançou 1% já descontadas as exportações. Os números trazem perspectivas positivas para o desempenho da indústria nos próximos meses, avaliou o Grupo de Conjuntura do Ipea, em nota oficial.

Com exceção dos bens intermediários, que recuaram 2,2% na passagem de julho para agosto, todas as grandes categorias econômicas registraram avanços.

O destaque foi crescimento de 6% dos bens de consumo duráveis. Entre as classes de produção, a extrativa mineral teve alta de 3,5% em agosto ante julho, no segundo avanço seguido, enquanto a demanda por bens da indústria de transformação mostrou elevação de 2,8%.

Dos 22 segmentos da indústria de transformação, 15 registraram crescimento em agosto ante julho. As principais contribuições positivas foram de veículos automotivos, com alta de 6,9%, e farmoquímicos, com expansão de 5,7%.

Na comparação com agosto do ano passado, 16 segmentos registraram crescimento, com destaque também para os veículos automotivos (26,2%).

## **Com o Natal chegando, comércio retoma pedidos à indústria**

23/10/2017 – Fonte: EM.com

O ritmo da produção do polo industrial de calçados de Nova Serrana, no Centro-Oeste de Minas Gerais, ganhou ritmo novo nos últimos 30 dias, diante da reação das encomendas do comércio, sinal de que o Natal pode ser um pouco melhor do que as

empresas esperavam. A redução dos estoques em boa parte das fábricas de roupas do estado também indica melhora do cenário para as vendas nos próximos meses, mesmo horizonte visto agora pelos laticínios mineiros.

Não se trata de uma recuperação efetiva, mas até mesmo em segmentos da indústria mineira que se ressentem da demora das encomendas de fim de ano, a exemplo dos fabricantes de móveis de Ubá, na Zona da Mata, há um retorno, embora fraco, do varejo às compras.

A mudança nas áreas de planejamento e operação é observada na maioria das fábricas de calçados de Nova Serrana, que conseguiram negociar encomendas para o fim de ano, segundo o presidente do sindicato do setor (Sindinova), Pedro Gomes da Silva.

“Desde meados de setembro a procura pelos lojistas esquentou um pouco trazendo expectativa boa para o fim de ano, mas os pedidos para janeiro chegam muito devagar”, afirma. Em vista das projeções sombrias com as quais as empresas vinham trabalhando de fechar 2017 no vermelho, o fôlego que a produção retomou promete um empate bem-vindo com o resultado de 2016.

Frente ao desempenho ruim do setor de janeiro a agosto, quando houve retração de 16%, e acordo com Pedro Gomes, a expectativa era de que a indústria calçadista de Nova Serrana encolhesse neste ano.

“Estamos numa batalha. Alcançar um empate dos resultados com o ano passado já será bom num ano muito difícil”, diz. O polo industrial é formado por 1,2 mil empresas que produziram 95 milhões de pares no ano passado.

Entre os indicadores da economia que voltaram a impulsionar a reposição de estoques pelo comércio está um misto de inflação controlada, taxas de juros mais baixas e o nível maior de contratações, na comparação com as demissões, em setembro.

Segundo o Ministério do Trabalho, o saldo de 34 mil vagas formais gerado em setembro foi impulsionado por 25.684 oportunidades criadas a mais pela indústria de transformação e 15.040 novos postos de trabalho que surgiram no comércio.

Segundo o coordenador-geral de Estatísticas do Trabalho do ministério, Mário Magalhães, o movimento das contratações reflete a necessidade das fábricas de se adequarem aos pedidos do comércio motivados pelas festas de fim de ano. Para o presidente do Sindicato da Indústria do Vestuário de Minas Gerais (Sindivest), Luciano José Araújo, é possível que as empresas cresçam neste ano e em 2018.

“São indicadores que apontam para vendas melhores, apesar de muitas empresas terem sofrido com a perda do poder de compra do consumidor e a consequente inadimplência”, diz.

## **Vendas**

O atraso nos pagamentos é o ponto desfavorável apurado em pesquisa feita pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) no mês passado, tendo como referência dados de agosto, com os associados de todo o país.

Indagadas sobre a inadimplência, 48% das indústrias consultadas informaram que o nível do indicador é idêntico ao de agosto de 2016 e 28% destacaram que o problema se agravou frente um ano atrás. As respostas preocupam, como observa Luciano Araújo, num conjunto de avaliações positivas: mais da metade da amostra do levantamento (54%) registra aumento de vendas no período analisado.

Os níveis dos estoques da indústria têxtil e de vestuário estão mais baixos do que estavam em agosto de 2016 para 48% das empresas e iguais, nessa base de comparação, para outros 22%. As confecções observaram resultados bem mais



animadores do salão de negócios Minas Trend realizado no começo do mês pela 21ª edição, com a presença de 65 fabricantes do Brasil. O evento atraiu 18% a mais de marcas participantes na comparação com a edição do Minas Trend de abril, teve número de estandes 30% superior e o grupo de compradores cresceu 15%.

“Isso reflete confiança no salão de negócios e na economia”, diz Luciano Araújo. Cerca de 10,9 mil indústrias compõem o segmento do vestuário em Minas, empregando 133 mil pessoas. Em Minas, assim como no Brasil, os fabricantes de roupas contribuíram para a geração de empregos formais em setembro, como mostrou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A diferença entre as contratações e dispensas na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos em setembro consistiu em saldo positivo de 2.345 vagas no país e de 524 em Minas. No ano, o setor criou, respectivamente, 23.144 e 2.488 oportunidades a mais que as demissões.

### **Receio**

A despeito da volta de pedidos do comércio para repor os estoques, os fabricantes de móveis de Ubá, na Zona da Mata mineira, vêem reação tardia do varejo. A tradição de receber as encomendas de fim de ano em setembro e neste mês, as retardatárias, não se confirmou, undo Michel Pires, vice-presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá.

“Houve reação dos pedidos, mas muito pequena. Os clientes estão ainda receosos. Acho que eles vão deixar as encomendas de fim de ano para a última hora, talvez para o início de dezembro”, afirma. A estratégia pode ser a de aguardar que a demanda do consumidor chegue às lojas, para, então, deixar a reposição dos estoques para janeiro e fevereiro. O polo moveleiro local, que reúne cerca de 300 fábricas e 35 mil trabalhadores, enfrentou queda de produção e emprego no ano passado.

Há vagas - **16.982** - Foi o número de contratações, descontadas as demissões, feitas em setembro pela indústria mineira de alimentos, bebidas e álcool etílico

Boa nova - **54%** - É o percentual de empresas do setor têxtil e de confecções que viram crescer as vendas de agosto frente ao mesmo mês de 2016

### **Confiança impulsiona lácteos**

Responsável por mais de um quarto da produção leiteira nacional, a indústria mineira observa retomada do consumo de produtos lácteos desde o mês passado, favorecida por redução de preços. Na avaliação do presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais (Silemg), João Lúcio Barreto Carneiro, outros dois fatores são determinantes para explicar a melhora do cenário: confiança maior detectada por indicadores de institutos como a Fundação Getúlio Vargas e a diminuição momentânea das importações do Uruguai, que foi negociada pelo setor com o governo federal.

“As empresas veem uma pequena retomada do consumo. Com a confiança um pouco maior, o brasileiro se dá ao direito de consumir produtos não essenciais”, afirma João Lúcio. A reação das vendas, que ainda é difícil de ser estimada, tem característica semelhante àquela da saída de outras crises da economia na demanda maior por itens como iogurtes e bebidas lácteas.

O sentimento parece ser o de que o pior da crise da economia brasileira possa ter passado, o que deixa os laticínios mais dispostos a apostar em expansão dos negócios na faixa de 3% a 5%. “As empresas são artistas de conseguir sobreviver com todos os solavancos que a economia brasileira tem tomado, embora o alimento seja a última despesa cortada pelo consumidor”, diz o presidente do Silemg.

O movimento descendente dos preços dos produtos lácteos no varejo é um capítulo à parte da reação da indústria em 2017, terceiro ano de depressão do custo para o consumidor. Os preços já haviam caído de 5% a 10% em 2015 e 2016, mantendo-se neste ano com redução estimada variando de 15% a 20%. O consultor Valter Galan, do instituto Milk Point Inteligência, diz que há projeções indicando que o litro do leite longa vida estava em setembro 26% mais barato, descontada a inflação, ante o mesmo mês do ano passado.

Outra referência importante é que o consumidor estaria pagando 17% menos pelo leite em pó, enquanto o preço do queijo do tipo mussarela baixou 8%, em idêntica base de comparação com 2016. "Este Natal tende a ser melhor. Daqui até dezembro chegam ao mercado as safras leiteiras de Minas Gerais e Goiás e os preços tendem a se estabilizar", afirma. Ele considera 2017 um ano de margens difíceis para a indústria e dentro da média histórica para os produtores rurais.

Reflexo do cenário mais favorável para a indústria láctea, a produção do setor cresceu 3,7% no primeiro semestre do ano e a expectativa é de aumento de 4,5% na média de 2017. Uma vez confirmado o resultado esperado será digno de comemoração, tendo em vista que houve diminuição de 2,8% em 2015 e de 3,7% em 2016.

Ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, a indústria brasileira de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico contribuiu com a maior geração de vagas formais na indústria de transformação em setembro, o total de 16.982 colocações além das demissões. No ano, o saldo de empregos com carteira na atividade atingiu 16.982 oportunidades.

## **Estrangeiros aguardam definição no cenário político para investir no país**

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

No último mês, investidores estrangeiros em Nova York e Washington ouviram, em diferentes encontros com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e até o presidente Michel Temer, um relato otimista sobre como o Brasil tem deixado a recessão para trás e o cenário positivo prometido pela agenda de reformas.

O recado, comprovado em parte pela previsão de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e pela queda no desemprego, no entanto, foi recebido nos Estados Unidos com um entusiasmo contido. O problema é a incerteza política no próximo ano.

Investidores e empresários ouvidos pela **Folha** foram unânimes em apontar as eleições de 2018 como um fator que tem limitado movimentos mais ousados na hora de apostar no Brasil.

A principal preocupação é que o próximo governo não dê continuidade às reformas de Temer—e de que a fiscal, considerada pela maioria deles a mais importante, não seja contemplada.

### **INCERTEZA**

A preocupação com as eleições foi o tema central em praticamente todas as conversas que o economista-chefe da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini, teve com investidores estrangeiros há duas semanas em Nova York e Washington.

"Aqueles investidores que não têm relação obrigatória com o Brasil, que não têm mandato para América Latina, não querem entrar agora. Há muita incerteza para uma expectativa de retorno não tão boa quanto era no passado", disse Buccini.

Segundo o economista, se o Brasil estivesse numa situação fiscal "mais tranquila", a questão das eleições não seria tão relevante. "Mas não é o caso. A preocupação é se o candidato que vencer vai aprovar reformas."

Para que os investidores voltem, diz o economista, três coisas precisam acontecer. "É preciso continuar a recuperação, ter alguma melhora no [âmbito] fiscal, nem que seja cíclica, e haver mais clareza sobre [o cenário da] eleição."

Apesar de a principal reforma citada por Meirelles durante suas recentes passagens pelos EUA ser a da Previdência –cuja aprovação ele disse prever ainda para este ano–, é a fiscal que mais interessa os investidores.

"A simplificação tributária [no Brasil] é uma grande questão", disse o vice-presidente-executivo do Walmart International, Richard Mayfield, durante a Conferência Econômica sobre o Brasil, organizada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA em Washington, no dia 13.

"Estamos animados de ver que há boas notícias em relação à agenda de reformas. No geral, estão tentando simplificar a estrutura fiscal, apesar de não haver clima político", completou, em uma fala entre as exposições do presidente do Banco Central e do ministro da Fazenda.

Mayfield elogiou especialmente a reforma trabalhista. "Uma mudança em particular, da introdução da jornada de trabalho flexível, é absolutamente importante para o empregador", disse.

"Isso atrai pessoas jovens para a força de trabalho e permite ao empregador contratar trabalhadores por meio período e casar o trabalho quando e onde deve ser feito, permitindo mais eficiência."

O problema é o fôlego das reformas no longo prazo. À **Folha** o representante de uma empresa de gestão de fundos com operação no Brasil disse que a percepção geral dos investidores é que houve uma mudança "construtiva" na agenda da política econômica no Brasil.

"Agora, é evidente que a agenda não vai se encerrar neste governo, vai haver ainda desafios gigantescos, sobretudo na parte fiscal, para 2019", observou o economista, que pediu anonimato.

"O medo das pessoas é que, caso o governo mude, essa recuperação não se mantenha. Esperamos que seja uma mudança sustentável", disse o representante de uma empresa de varejo americana, também sob a condição de não ser identificado.

"Não temos empregado muita energia em discutir os possíveis resultados da eleição porque o que tiver que acontecer vai acontecer, mas esperamos que a agenda de reformas se mantenha", completou o executivo.

## **REVISTA**

O Brasil e os obstáculos ao governo Temer foram capa da revista "LatinFinance", que circulou em todos os eventos com investidores às margens dos encontros anuais do FMI (Fundo Monetário Internacional) em Washington.

"Reformas mais profundas vão ser necessárias para colocar a economia brasileira em condições de competir com outros emergentes. Investidores querem muito ver a maior economia da América Latina dar a volta por cima, mas não está claro se Temer, com uma posição política enfraquecida e profundamente impopular com os eleitores, vai conseguir isso", diz o artigo, numa síntese sobre os dilemas do Brasil.

## Opinião: Regras iguais para empresas diferentes sufocam pequenas

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Para advogados, faltam critérios jurídicos objetivos para estimular investimento em pequenas empresas

A falta de legislação ou regulamentação própria e de critérios mais claros e objetivos na análise das autoridades e órgãos julgadores, em especial em situações que devem ser tratadas de formas distintas, torna os planos de opção de compra de ações uma incerteza para empresas e para executivos.

É preciso debater contextos distintos de criação de planos por grandes empresas, de um lado, e por start-ups e pequenas companhias, de outro.

Tais planos são utilizados pelas corporações para reter talentos e alinhar os interesses da empresa aos dos colaboradores.

É uma oportunidade oferecida a funcionários, por meio da concessão de um direito -e não uma obrigação- de comprar, a seu exclusivo critério e a preço, prazo e condições pré-definidas, ações da empresa.

O Judiciário tem decidido que para esse tipo de negócio não configurar remuneração deve haver onerosidade, voluntariedade e risco.

O último requisito é o mais importante para fins, pois sua eliminação denotaria que a intenção da empresa era que o colaborador ganhasse dinheiro, caracterizando-se assim remuneração indireta.

A principal variável a ser considerada para analisar o risco é o preço de aquisição das opções/ações, que deve ser discutido em cada caso.

A discussão sobre a caracterização dos planos como remuneração ou negócio jurídico comercial nas grandes empresas é natural, já que o risco é mais difícil de ser comprovado, pois, além da liquidez maior, a volatilidade das ações é menor.

Ocorre que a discussão tem sido trazida para start-ups e pequenas empresas com as mesmas premissas e argumentos.

Se, por um lado, os objetivos dos planos nessas pequenas empresas também são alinhar interesses e reter pessoas, por outro, é claro que há condições econômicas e estruturais diferentes que devem ser consideradas.

Há menor liquidez das ações ou quotas, há chance de não haver ganho e possibilidade real de perda dos recursos investidos na empresa.

Se considerarmos as start-ups, sua baixa taxa de sobrevivência nos primeiros anos já indica por si só risco para qualquer capital aplicado.

A tentativa de caracterizar uma relação de trabalho e o pagamento de remuneração entre um empreendedor que muitas vezes tem poucos recursos financeiros e um

colaborador interessado em participar do negócio não pode ter por base argumentos idênticos aos utilizados com grandes firmas.

É preciso que se discuta e estabeleça critérios sólidos para caracterizar planos de opção de compra de ações de natureza comercial, diferenciando-os dos que configuram complemento de remuneração.

Além disso, é essencial que órgãos julgadores avaliem casos individualmente, sob pena de onerarmos pequenas empresas e, assim, aumentarmos a taxa de insucesso do empreendedorismo no Brasil.

**OCTÁVIO SOUTO VIDIGAL FILHO e TALITA ALVES** são advogados do escritório CSMV

### **Abertura comercial do Brasil prejudicou mercado de trabalho até 2010**

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Nas regiões industrializadas do Brasil, o choque da abertura comercial nos anos 1990 teve um efeito sobre o mercado de trabalho que perdurou por duas décadas.

A conclusão é de um estudo dos economistas Rafael Dix Carneiro, da Universidade de Duke, e de Brian K. Kovak, da Carnegie Mellon.

Segundo a pesquisa, com uma queda média nas tarifas alfandegárias de 30,5% em 1990 para 12,8% em 1994, foram afetadas as indústrias automotiva, têxtil e de eletrônicos, com estabelecimentos fechando e diminuindo a demanda por trabalho formal.

A mão de obra migrou, então, para o mercado informal. Para os empregados, o crescimento dos salários nos centros urbanos foi mais lento do que em regiões que dependem mais do agronegócio.

O pesquisador aponta Mata Grande (AL) como exemplo de cidade onde o trabalho foi menos afetado. Já no Rio, houve excesso de mão de obra e menos demanda. O efeito dessa diferença regional só piorou com o tempo.

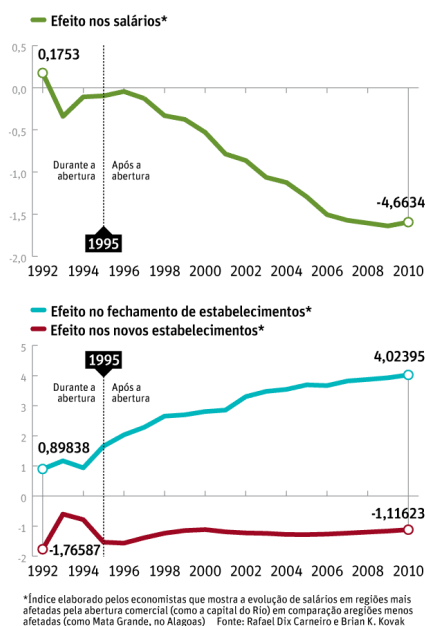
A pesquisa analisa o período de 1990 a 2010, com base em dados do Rais (Relação anual de informações sociais).

"A curto prazo houve o aumento do desemprego, e a longo prazo, uma realocação do setor formal para o informal", afirma Carneiro. "O Banco Mundial e o FMI imaginavam que, em três ou cinco anos, o equilíbrio seria restaurado nos grandes centros urbanos, mas mostramos que isso não aconteceu."

Parte do motivo é que os moradores de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, não migraram para outras regiões, mesmo se deparando com condições piores de trabalho. Em todo o Brasil, os salários aumentaram, ressalta o pesquisador -mas não na mesma proporção.

## PORTAS ABERTAS

Efeitos da abertura comercial, no início dos anos 1990, sobre o mercado de trabalho



Para o economista Celso Grisi, da Universidade de São Paulo, o problema é a abertura comercial não ter sido sucedida por um ambiente propício para investimentos.

"Foi uma transição abrupta e agressiva. Naquele período, precisávamos de investimentos para que houvesse crescimento e oferta de empregos. Não fomos capazes de alimentar o desejo de investir no país", afirma.

Ele ressalta os aspectos positivos da abertura, por outro lado. "Na indústria automotiva, nossos ganhos foram muito grandes em aspectos tecnológicos e modernização de modelos. Mas houve desemprego e não preparamos nossa mão de obra para atender novas funções."

As quedas nas tarifas de 1990 a 1995 foram maiores nos setores de vestuário, manufatura, automóveis e borracha, segundo o estudo.

"Não estamos dizendo que a abertura prejudicou a industrialização. Houve inovação técnica", afirma Dix Carneiro. "Medimos especificamente os efeitos sobre o mercado de trabalho. A indústria foi protegida nos anos 1970 com a ideia de que eventualmente podia ser liberalizada e sobreviver. É só uma questão de como isso foi feito."

O economista Bruno Ottoni, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), também frisa que o estudo não pode servir para defender o fechamento das fronteiras. "Graças à abertura comercial, a produtividade da indústria aumentou."

## Caixa e BNDES buscam ajuda no FGTS

23/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de serem usados em sucessivas manobras de contabilidade criativa, Caixa e BNDES buscam socorro do dinheiro do trabalhador depositado no FGTS, numa operação de triangulação financeira que já causa desconfiança.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vigia de perto as negociações para se certificar de que as operações serão regulares, apurou o 'Estadão/Broadcast'. O TCU vai pedir pareceres técnicos e jurídicos que provem os fundamentos das operações. O objetivo é evitar que haja prejuízo às finanças federais e ao dinheiro do trabalhador.

Enquanto a Caixa precisa de dinheiro para aumentar capital, o BNDES tem de garantir sua capacidade de conceder crédito no futuro após a devolução antecipada dos empréstimos do Tesouro Nacional. O assunto está sendo acompanhado por um comitê formado por representantes dos bancos públicos e do Ministério do Planejamento.

A área jurídica do governo está avaliando as alternativas. Na área técnica, há o temor de que essas transações sejam vistas como semelhantes às realizadas no governo Dilma Rousseff, muitas condenadas pelo TCU.

O Conselho Curador do FGTS se reúne na terça-feira para analisar o pedido da Caixa de empréstimo de R\$ 10 bilhões este ano em forma de bônus perpétuo (sem vencimento). Os comandos da Caixa e do BNDES retomarão esta semana as discussões sobre a possível compra pelo banco de fomento de parte da carteira da Caixa.

“Recorrer ao FGTS, ao dinheiro do trabalhador, não é o melhor caminho neste momento. Precisamos dos recursos do FGTS para impulsionar a retomada da economia e a geração de empregos, não para salvar o banco”, diz Claudio Gomes, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Conselho Curador. O órgão tem 24 membros – metade indicada pelo governo e o restante dividido entre entidades representativas de patrões e empregados.

Gomes afirma que “todo mundo está de olho” nos recursos do FGTS, mas o fundo não pode ser “tábua de salvação”. Ele cita como outra situação preocupante a possibilidade de o Congresso permitir que o FGTS seja usado para quitar dívidas no Fies (programa de financiamento estudantil).

Em um dos encontros para debater a situação da Caixa ficou clara a preocupação com a menor capacidade do banco de emprestar recursos, segundo uma fonte que participa das discussões.

Depois de ser protagonista na expansão de crédito no Brasil, com crescimento da carteira superior a 40% ao ano, a Caixa passa por brusca desaceleração na concessão de empréstimos e financiamentos. A inadimplência aumentou, o que obrigou o banco a fazer provisões maiores para cobrir calotes. A exigência diminuiu o lucro do banco, que não contará com novas injeções do governo e depende de lucros retidos para reforçar o capital.

Outras saídas estão sendo analisadas, entre elas uma reestruturação entre os dois bancos para que o BNDES fique com a responsabilidade de gerir os recursos do FGTS destinados à infraestrutura (incluindo empréstimos feitos pela Caixa com esse dinheiro e a gestão do fundo de investimentos FI-FGTS). Essa alternativa tem a vantagem de fornecer recursos baratos ao banco em meio à busca por fontes de financiamento.

A triangulação pode ajudar o Tesouro, principalmente se envolver os repasses do FGTS ao BNDES. Essa opção deixaria o banco mais confortável para antecipar o dinheiro à União, que precisa dos valores para cumprir a “regra de ouro” do Orçamento, que impede a emissão de dívidas para pagar despesas correntes. O descumprimento da norma é crime de responsabilidade das autoridades envolvidas, e para 2018 há um rombo de R\$ 184 bilhões a ser coberto.

Procurados pela reportagem, Caixa e BNDES não se pronunciaram sobre o tema.

**Para lembrar.** O malabarismo contábil envolvendo a Caixa foi tamanho que o banco chegou a virar sócio da JBS e de outras empresas privadas. Esse foi um dos casos em que bancos públicos foram usados pelo governo Dilma Rousseff em uma série de manobras que ajudaram a melhorar artificialmente as contas públicas.

Em 2012, o governo pôs em prática uma operação de triangulação financeira com uso do Fundo Soberano do Brasil (FSB), Caixa e BNDES para garantir o ingresso de R\$ 15,8 bilhões nos cofres públicos. Os recursos serviram para garantir o cumprimento da meta fiscal.

Para pagar mais dividendos ao governo, a Caixa teve seu capital ampliado em R\$ 5,4 bilhões, transação bancada em parte com ações que estavam na carteira do BNDESPar, braço de participações da instituição de fomento, e foram repassadas do Tesouro. O restante foi financiado pela União com transferência de ações da Petrobrás.

Na mais famosa das manobras, as pedaladas fiscais, o governo forçou a Caixa a pagar benefícios sociais com recursos próprios durante 21 meses. O TCU condenou a prática e Dilma Rousseff sofreu impeachment com base nas apurações.

### **Para presidente do BNDES, 2018 é uma janela importante, a da resposta política**

23/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro disse neste sábado (21) que 2018 representará um momento de inflexão, em que o País terá uma janela aberta para aprender a dar respostas rápidas. “2018 é uma janela importante, é a janela de resposta política, que é a única legítima na democracia”, disse, em palestra no IV Encontro Paulista de Economistas, em Santos, litoral de São Paulo.

De acordo com Rabello, o Brasil está de “pernas para o ar”, penalizado todos os dias pela sequência de “escândalos” noticiados diariamente. “Essa sequência é um mar de lama muito maior do que o de Mariana”, compara, ao referir-se ao rompimento de barragem na cidade mineira em novembro de 2015.

Em tom otimista, o presidente do BNDES pediu que os brasileiros não desistam do próprio País, afirmando que “somos nossos próprios adversários”. “Estamos no fundo do poço, e é aí que pegamos a escada e começamos a subir, organizamos a lojinha, ou vamos todos para o inferno. E aqui é o céu”.

Rabello salientou que o Brasil País precisa organizar o mercado de trabalho. “Inviabilizamos o trabalho para viabilizar os juros”, destacando que o PIB só retomará com investimento e trabalho. “Não adianta pedir para o BNDES mandar cheque se não organizarmos o trabalho”.

#### **Críticas**

O presidente do BNDES voltou a criticar a decisão do governo de pedir a devolução de R\$ 180 bilhões do banco ao Tesouro Nacional.

“Em um País que não tem caixa nenhum, o pessoal fica olhando esquisito, pedindo para o BNDES devolver dinheiro [ao Tesouro Nacional], esterilizando o dinheiro do banco e acabando com a possibilidade de bancarmos o desenvolvimento nacional, sob os mais estúpidos argumentos”, disse.

O governo federal pediu que o BNDES devolva os recursos antecipadamente ao Tesouro, com o objetivo de reduzir a dívida pública bruta.

A questão tem sido motivo de embates frequentes entre as duas instituições. O banco alega que a devolução irá comprometer ainda mais a ‘folga’ de caixa do BNDES em 2018, calculada em R\$ 42 bilhões.



## **FOCUS - Mercado vê preços administrados mais altos em 2017 e corte de 0,75 p.p. nos juros esta semana**

23/10/2017 – Fonte: Reuters

A perspectiva de economistas para a alta dos preços administrados neste ano subiu com força e levou as projeções de inflação de volta à meta do governo, mostrou a pesquisa Focus do Banco Central nesta segunda-feira, com o mercado batendo o martelo na redução do ritmo de cortes da Selic nesta semana.

A projeção de alta do IPCA em 2017 foi a 3,06 por cento, contra 3 por cento anteriormente, terceira semana seguida de aumento e que levou a estimativa de volta à meta. As contas para os preços administrados subiram a 6,82 por cento, sobre 6,66 por cento antes, reflexo dos ajustes recentes nos preços dos combustíveis e da energia elétrica como consequência da entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha nível 2.

Para 2018, os economistas consultados mantiveram a perspectiva de alta do IPCA de 4,02 por cento, com os preços administrados subindo 4,8 por cento. A meta de inflação para ambos os anos é de 4,5 por cento pelo IPCA, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

O IPCA-15 acumulou nos 12 meses até outubro alta de 2,71 por cento, voltando a acelerar após dois meses de fraqueza contínua. Na comparação mensal, o índice subiu 0,34 por cento, pressionado pelos preços de combustíveis e gás de botijão.

Para a política monetária, o Focus manteve a projeção de corte de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros na reunião desta semana do BC. Após quatro cortes de 1 ponto percentual e com um BC que indica encerramento gradual da flexibilização monetária, a Selic está atualmente em 8,25 por cento. Para este ano e o próximo, a expectativa é de que a taxa terminará a 7 por cento.

Essa continua sendo também a expectativa do Top-5, grupo que mais acerta as previsões no Focus.

Para a economia, a conta para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 foi ajustada para cima em 0,01 ponto percentual, a 0,73 por cento, enquanto que para 2018 foi mantida em 2,5 por cento.

## **Câmbio para fim de 2017 sobe de R\$ 3,15 para R\$ 3,16, prevê Focus**

23/10/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Relatório de Mercado Focus, divulgado na manhã desta segunda-feira, 23, pelo Banco Central, mostrou que a projeção para a cotação da moeda americana no fim de 2017 foi de R\$ 3,15 para R\$ 3,16.

Há um mês, também estava em R\$ 3,16. O câmbio médio de 2017 seguiu em R\$ 3,17, mesmo porcentual de um mês antes.

No caso de 2018, a projeção para o câmbio no fim do ano permaneceu em R\$ 3,30.

Quatro semanas antes, estava no mesmo patamar. Já a projeção para o câmbio médio no próximo ano permaneceu em R\$ 3,24, ante R\$ 3,25 de quatro semanas atrás.

## **Projeção para Selic no fim de 2017 segue em 7,00% ao ano, aponta Focus**

23/10/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

À espera do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), nesta semana, os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica de juros) para o fim de 2017 e 2018.

O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 23, que a mediana das previsões para a Selic este ano permaneceu em 7,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. O levantamento indicou ainda que a mediana das projeções para a Selic no fim de 2018 seguiu em 7,00% ao ano, igual a um mês atrás.

No dia 6 de outubro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA de setembro subiu 0,16%. No ano, a inflação acumulada é de 1,78% e, nos 12 meses até setembro, de 2,54%.

Em 21 de setembro, o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) havia reforçado a mensagem de que o BC pretende reduzir o atual ritmo de cortes da Selic (a taxa básica de juros). Após ter cortado os juros em 1 ponto porcentual no início de setembro, de 9,25% para 8,25% ao ano, o BC indicou a intenção de, nesta semana, promover corte mais moderado.

No Focus de hoje, a Selic média de 2017 seguiu em 9,84% ao ano. Essa era a projeção há um mês. No caso de 2018, a Selic média foi de 7,00% para 6,94% ante 7,00% de quatro semanas atrás.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a taxa básica terminará 2017 em 7,00% ao ano, mesmo patamar projetado há uma semana e há um mês. Para 2018, a expectativa seguiu em 7,00%, o mesmo porcentual projetado uma semana antes. Há um mês, o porcentual estimado era de 7,25%.

## **Poupança rende menos, mas volta a atrair milionários no 1º semestre**

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

As sucessivas quedas na taxa de juros e o cenário de inflação controlada tiveram como efeito colateral um aumento do número de milionários que decidiram deixar seus recursos na caderneta de poupança. Em quatro anos, o crescimento foi de 25,9%, para 12,8 mil clientes.

Os dados são do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e se referem a junho deste ano. Se, do ponto de vista financeiro, a caderneta é uma das últimas alternativas recomendadas para esse público, que tem acesso a uma ampla gama de produtos com ganho mais expressivo mesmo na renda fixa, alguns fatores ajudam a explicar a preferência.

Um deles é a facilidade de aplicação, diz Reinaldo Domingos, presidente da DSOP Educação Financeira e da Abefin (Associação Brasileira de Educadores Financeiros). Basta ter uma conta de poupança em banco. "Se for para o Tesouro Direto, ele teria que abrir conta em uma corretora. Aí tem também o Imposto de Renda. Se for fundo, tem que pesquisar a taxa de administração. A caderneta é mais simples", afirma.

Por outro lado, complementa, não faz sentido deixar muito tempo o dinheiro nessa aplicação. "É para no máximo um ano, para deixar como reserva estratégica em caso de alguma eventualidade."

Há também os que "esquecem" os recursos, diz Michael Viriato, professor do laboratório de finanças do Insper e autor do blog "De grão em grão", hospedado pela

## **Folha.**

"Eventualmente, pode ser uma pessoa que deixou esse dinheiro anos atrás, e não tem um gerente que sugira tirar o dinheiro da caderneta e aplicar em algo melhor", diz. "Na falta de quem diga o que fazer com o dinheiro, ele deixa no mais simples."

## **ESTRATÉGIA**

Por outro lado, houve aqueles que souberam aproveitar uma janela de oportunidade na caderneta, quando a taxa Selic estava em 9,25% ao ano, diz Francisco Levy, diretor da Planejar, associação de planejadores financeiros.

Segundo ele, quando os juros estão entre 9,25% e 8,5%, a caderneta ganha atratividade, por causa da isenção de Imposto de Renda.

"A tributação de curto prazo penaliza os investidores de CDBs e fundos. Se a Selic está em 9% ao ano e 22,5% do ganho vai para o imposto, você está falando em quase um quarto do 9% que vai embora", diz.

Além de abrir mão de um ganho maior, quem deixa mais de R\$ 1 milhão na caderneta ainda tem que lidar com o risco de perder parte do dinheiro em caso de quebra da instituição financeira em que os recursos estão.

O FGC (Fundo Garantidor de Créditos) assegura depósitos até R\$ 250 mil por CPF e por instituição financeira.

No caso de quem tem mais que R\$ 1 milhão, seria necessário dividir os valores em bancos diferentes para contar com a garantia integral do FGC, afirma Reinaldo Domingos, da DSOP.

## **RETORNO**

Embora expressivo, esse movimento de atração de milionários pela poupança não é novo: em junho de 2015, o número de contas com mais de R\$ 1 milhão também rondou os 12,8 mil.

A inflação elevada e a taxa de juros em alta -chegou a 14,25% em julho daquele ano-, porém, fizeram com que esses investidores milionários fossem em busca de opções mais vantajosas.

Atualmente, a maior parte dos clientes (58,8% do total) tem até R\$ 100 depositados na poupança.

## **Electrolux compra marca eletrodomésticos Continental na América Latina**

23/10/2017 – Fonte: Reuters

A sueca Electrolux anunciou que vai assumir os direitos da marca de eletrodomésticos Continental na América Latina, após a corte brasileira que administra a falência da Mabe aceitar a oferta de 70 milhões de reais para aquisição da propriedade intelectual da empresa falida.

Logo da Electrolux é vista durante feira de eletrônicos em Berlim, Alemanha 04/09/2014 REUTERS/Hannibal Hanschke

"A Continental será um ativo valioso para a Electrolux, apoiando o crescimento contínuo e lucrativo em nossa região ", disse Ricardo Cons, diretor de área de negócios da Electrolux Major Appliances na América Latina, em comunicado ao mercado nesta segunda-feira.

## **Mesmo sem vender ativos, CSN volta a negociar dívidas de R\$ 10 bilhões com bancos**

23/10/2017 – Fonte: Isto é Dinheiro

Três anos após firmar acordo para vender importantes ativos, como contrapartida para a renegociação de débitos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Benjamin Steinbruch, voltou a conversar com bancos públicos e privados. Mesmo sem ter se desfeito dos principais negócios, a companhia está conseguindo abrir espaço para renegociar as dívidas que vencem entre 2018 e 2020.

Já no início do ano que vem, a siderúrgica precisa pagar R\$ 5,6 bilhões, dos quais R\$ 4,1 bilhões para seus principais credores, Banco do Brasil e Caixa. A CSN deve a esses dois bancos cerca de R\$ 10 bilhões que vencem até 2020. O grupo quer empurrar as obrigações para 2021 e 2022, apurou o Estado.

Os bancos públicos são o ponto nevrálgico das novas renegociações. Segundo fontes, as conversas com credores privados – como Bradesco e Itaú, além de detentores de títulos (bondholders) – não encontram resistências. Ainda que a CSN já tenha se sentado à mesa com BB e Caixa, as instituições fazem pressão sobre a empresa de Steinbruch, que desde o terceiro trimestre de 2016 não recebe aval da auditoria Deloitte para divulgar balanços de resultados.

A Deloitte encontrou erros fiscais na operação Congonhas Minérios – que reúne a mina Casa de Pedra, o terminal Tecar e fatia da ferrovia MRS –, na qual a siderúrgica tem sociedade com a asiática Namisa. A expectativa era de que o aval da Deloitte fosse dado na sexta-feira, mas o relatório ainda não foi concluído, apurou o Estado. Procurada, a Deloitte não comentou.

Com dívida líquida de R\$ 26 bilhões no terceiro trimestre de 2016, a CSN não consegue gerar receita suficiente para pagar seus débitos. Para esticar os vencimentos, a siderúrgica precisa, além da autorização da Deloitte, mostrar estratégia convincente para reduzir seu endividamento.

Entre julho e agosto, as agências de classificação de risco Standard & Poor's e Moody's rebaixaram a nota da companhia. Ambas citaram a falta de divulgação dos resultados e de definição sobre o endividamento.

No fim de 2015, quando todo o setor siderúrgico sofria com a queda dos preços do minério de ferro e o País enfrentava o ápice da crise econômica, Steinbruch conseguiu alongar dívidas com BB e Caixa que venceriam em 2016 e 2017 para 2018 a 2020. Na época, o atual presidente do BB, Paulo Caffarelli, era diretor da CSN.

Hoje, o cenário é mais positivo: os preços do minério de ferro subiram, a demanda por aço começa a ganhar força e a economia do País dá sinais de reação. Porém, ao contrário do que tinha se comprometido a fazer, Steinbruch não vendeu nenhum ativo relevante.

O empresário esteve prestes a vender o Terminal de Contêineres Sepetiba (Tecon), por cerca de R\$ 1,5 bilhão, mas desistiu na última hora. Outros negócios, como energia e cimento, foram postos à venda, mas não atraíram compradores. A única venda concretizada foi a da fabricante de latas Metalic, por US\$ 98 milhões – valor insuficiente para aliviar as contas da CSN.

Steinbruch ainda busca um sócio para a Congonhas Minérios e para o projeto da ferrovia Transnordestina. Segundo fontes, mesmo se vendesse todos os ativos não estratégicos a CSN não conseguiria pagar suas dívidas.

Polêmicas. Considerado centralizador, Steinbruch coleciona longo histórico de polêmicas. Comprou briga com a Vale (da qual foi sócio nos anos 90), com acionistas da Usiminas – a japonesa Nippon e a ítalo-argentino Ternium/Techint –, com os sócios da Namisa e até com a própria família.

Fontes próximas aos Steinbruch dizem que a relação de Benjamin com o irmão Ricardo, que fica à frente da Vicunha (negócio têxtil da família), está estremecida, justamente por conta dos rumos da CSN. Na Usiminas, Steinbruch terá de vender sua fatia de 14% até 2019 por decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fontes afirmam que, apesar dos ânimos acirrados, não interessa à família entrar em uma disputa com Benjamin, pois isso destruiria o valor da empresa. Para os bancos, a renegociação das dívidas também é uma saída mais viável, uma vez que se espera uma recuperação do setor siderúrgico.

Na sexta-feira, em evento no Jockey Club de São Paulo, Steinbruch disse à Reuters que pretende fazer captação externa em 2018 para reduzir dívidas e que venderá ativos não estratégicos. Procurado pelo Estado, o empresário não quis dar entrevista. Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú não comentaram.

### **'Se privatizar a Eletrobrás, tomaremos de volta', diz Ciro Gomes**

23/10/2017 – Fonte: EM.com

Para o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), o atual sistema previdenciário morreu, mas é preciso fazer uma reforma que contemple aspectos regionais e crie um regime de capitalização público. O ex-governador do Ceará é contra a privatização da Petrobrás e diz que tomará de volta a Eletrobrás se ela for desestatizada.

#### **Previdência**

"A sociedade está dividida entre os que imaginam, sem estudar o assunto, que o País precisa de reforma da Previdência para ontem, o que é mentira. E os que querem simplesmente, em homenagem ao corporativismo, negar a necessidade de reforma. A virtude está no meio. Tínhamos seis pessoas ocupadas para financiar uma aposentadoria. Hoje, temos 1,6 empregado para financiar um aposentado.

Esse sistema morreu. Precisamos pôr em debate um novo: um sistema de capitalização público, sob controle dos trabalhadores, administrado por executivos premiados e punidos pelo êxito, e com uma agência de risco objetiva para fazer o filtro da alocação desses estoques de poupança compulsória vinculada a investimento de longo prazo.

A idade mínima é uma obviedade, mas há de ser com equidade. É absolutamente insustentável moralmente estabelecer a idade mínima de 65 anos para um cidadão que trabalha no semiárido do Nordeste e aquele que trabalha engravatado na Avenida Paulista."

#### **Corte de juros**

"A Previdência vem em segundo lugar no debate da dívida pública. Juro vem em primeiro. As pessoas esquecem que juros têm efeito fiscal. Todo gasto com juro é gasto corrente.

A Dilma entregou com 14,25% ao ano. Hoje, está em 8,25%. Jogaram 2017 fora. Já podia ter feito isso (redução da Selic). É uma janela que vai se fechar. Jogamos fora oito anos de juro negativo no exterior. Como faz para baixar? É só fazer.

No curto prazo, não há razão estrutural para o juro não estar lá embaixo. E tem de ser mantido assim pelos próximos quatro anos."

## **Privatizações**

"Nem pensar em privatizar Petrobrás e Eletrobrás. Não é questão de esquerdismo infantil. Brasil e Venezuela têm petróleo excedente e os EUA consomem mais petróleo do que produzem. Por que vamos entregar isso aos estrangeiros? Isso é estratégico, é uma vantagem que vamos ter de usar por 30 anos.

A população, zangada com ineficiências do Estado, começa a acreditar que para acabar com o carrapato tem de matar a vaca. Qualquer venda de parcela do petróleo brasileiro feita com a mudança da lei de partilha, se eu for presidente, será desapropriada, com a devida indenização. Se privatizarem a Eletrobrás, também tomaremos de volta. Pode conceder estradas, mas o que faz o gênio brasileiro nos aeroportos? Privatiza os que dão lucro e deixa o resto onerando o Tesouro."

## **Banco Central**

"Qual Banco Central sério do planeta tem mandato de perseguir inflação como único tiro? O nosso. Precisamos alterar o mandato do BC. Precisamos introduzir o mundo real no Comitê de Políticas Monetárias. Em um governo meu, o BC vai perseguir a menor inflação a pleno emprego."

## **Crise fiscal**

"A sanidade fiscal é um valor em si mesmo, não para ganhar confiança do sistema, mas para dispensá-la. É preciso ter em mente que sou ex-governador. Isso que me choca às vezes no debate, quererem me transformar num doidão. O Ceará tinha dívida mobiliária muito grande. Faz sentido, só porque venceria em 15 anos, deixar para o futuro? Peguei 3,4% da receita, fui ao mercado e comprei 100% da dívida do Estado. Por que o Ceará é o mais líquido do País? Não tem a ver com a minha história de austeridade?"

## **Tamanho do Estado**

"Não foi o espontaneísmo do mercado que transformou os EUA no que são. Qual é o maior polo exportador de calçados no Brasil? O Ceará. Sem ter todos os insumos, sem ter grande mercado consumidor. Conseguimos com incentivo fiscal, de crédito, capacitação, treinamento, eficiência de infraestrutura.

Vou governar com a taxa de juros abaixo da rentabilidade média dos negócios. No Ceará, você pega nota do imposto que pagou, apresenta no banco e tem direito a tomar empréstimo de 75% do que foi pago. Esse empréstimo é subsidiado. Existiria agronegócio sem subsídio? Quer destruir essa dinâmica extraordinária, é só entrar nesses 'dorianismos' e 'alckmismos'.

**Produção eólica cresce 25,7% até agosto e vai a 4.032 MW médios, diz CCEE**

23/10/2017 – Fonte: DGABC



A produção das usinas de energia eólica no ano até agosto alcançou 4.032 MW médios, 25,7% superior à geração no mesmo período do ano passado, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A capacidade instalada da fonte no País é

de 11,9 GW com 470 usinas eólicas em operação comercial, alta de 25,5% sobre as 374 unidades em agosto de 2016.

A representatividade da fonte eólica no sistema nacional alcançou 6,5% em 2017, ao passo que a fonte hidráulica (incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs) respondeu por 73,8% do total e as usinas térmicas, 19,7%.

### Cade aprova associação entre CBA e Nexans Brasil na fabricação de vergalhões de alumínio

23/10/2017 – Fonte: Reuters

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou sem restrições uma parceria firmada entre a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do conglomerado Votorantim, e a Nexans Brasil, controlada pela francesa Nexans Participations, para a produção de vergalhões de alumínio.

Pelo acordo, a CBA fornecerá alumínio líquido para a Nexans Brasil, que fabricará os vergalhões na fábrica da CBA, e as duas empresas vão compartilhar a produção e os custos.

“Em que pese ambas as empresas atuem na produção de vergalhão, a operação não gera sobreposição horizontal no mercado de comercialização de vergalhão, uma vez que a Nexans Brasil não oferta tal produto ao mercado ... e adquire vergalhões de terceiros”, disse a Superintendência-geral do Cade em parecer sobre a operação.

### Com frete rodoviário abaixo do custo, CNI defende fiscalização para evitar crise

23/10/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A falta de maior fiscalização nas rodovias pode afetar ainda mais a crise no setor de transporte de cargas, que já sofre com o preço do frete abaixo do custo operacional, mostra estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao qual a **Agência Brasil** teve acesso.

Segundo o estudo “Transporte Rodoviário de Carga (TRC): características estruturais e a crise atual” o aumento no número de transportadores, tanto de autônomos quanto de empresas, levou ao acirramento da concorrência, resultando em grande ociosidade na frota de caminhões e a consequente diminuição do preço do frete.

Atualmente, o setor tem 188 mil empresas de transporte de carga, cuja frota atinge 1,3 milhão de veículos. Elas dividem o mercado com 919 mil transportadores autônomos de carga (TACs), com uma frota de 1,1 milhão de veículos, e 400 cooperativas de transporte rodoviário de cargas (CTC), com frota de 18,8 mil veículos.



A frota de transporte rodoviário de cargas teve uma ociosidade de 38,7% no primeiro semestre deste ano. Arquivo/Antônio Cruz/ABr

Apesar de os dados mais recentes indicarem redução no número de veículos parados nos últimos três semestres, diminuindo de 65,4%, no primeiro semestre de 2016, para 52,8% ao final do ano passado e 38,7% no primeiro semestre de 2017, o percentual ainda é alto.

De acordo com o especialista em políticas e indústria da CNI, Matheus de Castro, no caso do transporte de cargas, setor normalmente competitivo, a redução do preço do frete funciona como instrumento de concorrência entre as empresas, mas não tem o efeito de gerar um aumento significativo da demanda do mercado.

Segundo Castro, em um cenário normal, as flutuações de preço tendem a restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda nesse mercado, mas o desequilíbrio foi acentuado pela crise econômica que gerou uma diminuição no volume de carga transportada.

“A gente observou que nos últimos anos houve uma queda muito acentuada da demanda por serviços de transporte, em decorrência da crise econômica, enquanto ocorreu uma expansão acelerada do lado da oferta, da disponibilidade de serviços de transporte, gerando uma situação em que mesmo com a queda da demanda, o mercado não se autoajustava”, disse Castro à **Agência Brasil**.

Pesquisa feita pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística), em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mostra que, entre o fim do ano passado e o primeiro semestre deste ano, cresceu de 72% para 79% o número de empresas que receberam pagamento pelo frete abaixo do custo. Já as que não aumentaram ou deram desconto no frete passaram de 90% para 91%.

De acordo com Castro, apesar de a concorrência provocar redução acentuada dos fretes, a crise não se traduz na eliminação de empresas, uma vez que as transportadoras menos eficientes permanecem no mercado, operando de forma precária. Esse cenário, de manutenção do preço dos fretes abaixo do preço de custo, é mais frequente nos mercados mais competitivos, devido à existência de transportadores dispostos a aceitar fretes significativamente mais baixos do que os vigentes no mercado.

Ele observa ainda que apesar de as empresas responderem pela maior parcela de oferta no setor (53%), o “estrangulamento” no preço do frete é mais forte entre os transportadores autônomos. “Os preços praticados por determinados caminhoneiros não cobrem nem o custo de operação. E nosso interesse é ter um preço de frete compatível com o mercado e a demanda”, disse.

### **Regulação e fiscalização**

A Confederação defende maior fiscalização sobre a atividade como uma possível solução para o impasse. “Não se trata de determinar a inspeção anual de toda a frota de veículos comerciais, o que inviabilizaria o procedimento ou o tornaria mera formalidade, mas sim estabelecer periodicidades diferenciadas, com intervalos decrescentes de acordo com a idade do veículo”, destaca o estudo.

Entre as medidas que podem contribuir estão o aumento da verificação do peso dos caminhões, o combate à sonegação de impostos e a implantação da inspeção técnica de veículos, com cancelamento da inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) do veículo não aprovado na inspeção.

“Daí a gente fala em fiscalização, pois enquanto o governo não implementa, de fato, diversas normas já previstas, ele acaba beneficiando os infratores. Caminhoneiros que não deveriam estar no mercado ofertando serviços de transporte porque eles não estão cumprindo a lei”, disse Castro.

Para o especialista, a maior fiscalização tem que valer tanto para as empresas quanto para os autônomos. “Quando a gente analisa a idade média dos caminhões que estão trafegando, que é uma idade muito elevada, vê que se a inspeção tivesse ocorrendo de maneira eficiente, teríamos uma quantidade menor de veículos infratores trafegando”, disse.



De acordo com o estudo, a inexistência de barreiras à entrada no mercado e a ampla possibilidade de recuperação dos investimentos realizados limitam a margem de lucro das empresas e dificultam a eliminação de operadores ineficientes. "É exatamente a ineficácia dos mecanismos de mercado que impede que os transportadores menos eficientes e que não obedecem a legislação sejam eliminados", diz o trabalho.

O estudo da CNI descarta a necessidade de uma intervenção do governo no setor, mas observa que o Estado tem um papel de regulador importante. De acordo com os dados mais recentes sobre o setor de transporte de carga, 582 mil caminhões têm idade superior a 20 anos.

A frota das empresas transportadoras de carga (ETCs) tem, em média, 10,3 anos, enquanto a dos transportadores autônomos de cargas (TACs) tem média de 18 anos. "Isso causa impacto na atividade dos transportadores autônomos, beneficiando os que estão atuando de maneira correta e acabam sendo prejudicados também por caminhoneiros de empresa que não cumprem as regras", acrescentou.

### **Outro lado**

Responsável pela fiscalização dos veículos, a ANTT disse à **Agência Brasil** que as dificuldades econômicas têm provocado ajustes em várias esferas de atuação governamental, com o contingenciamento de recursos. "A ANTT tem efetuado esforços para que os contingenciamentos não afetem as ações fiscalizatórias de sua competência", disse a assessoria.

A agência ressaltou que tem mantido a frequência de ações de sua competência e "está aprimorando os mecanismos de monitoramento eletrônico, visando ao aumento da eficiência da fiscalização."

Ainda de acordo com a agência reguladora, no que diz respeito ao cadastramento de veículos de cargas, está em avanço a implantação de pórticos eletrônicos para a leitura da Tag, uma espécie de *chip* eletrônico associado à identificação do veículo e do transportador, que transmite dados para a ANTT por meio das antenas instaladas nas rodovias que coletam as informações.

"A ANTT está executando o Projeto Canal Verde Brasil, que tem como um dos serviços agregados a implantação de pórticos nos principais eixos rodoviários. Esses pórticos dispõem de equipamentos de leitura de placas veiculares e de rádiofrequência para leitura das Tags, que serão instaladas, neste primeiro momento, nos veículos de carga.

A rede de monitoramento implantada pela ANTT possibilitará a execução da fiscalização do transporte de carga de forma eletrônica, aumentando, consideravelmente, a eficiência das ações da agência."

## **Carros chineses terão ESC a partir de janeiro de 2018**

23/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Doze montadoras na China anunciaram que vão começar a adequar seus carros a partir de janeiro de 2018 para equipá-los com o controle eletrônico de estabilidade, o ESC, antes mesmo de exigências legislativas, num esforço de aumentar a segurança viária no País. O anúncio foi feito durante o lançamento da campanha global Stop the Crash China, em Xangai, na última terça-feira, 17. Iniciativa do Global NCAP, o Stop

the Crash tem sido instituído em diferentes regiões do mundo a fim de promover a importância dos sistemas de tecnologias de prevenção de colisão e de segurança ativa, como os de frenagem automática de emergência (AEB), sistema antitravamento do freio (ABS) e o próprio controle eletrônico de estabilidade (ESC).

As marcas que se comprometeram a adotar o ESC a partir do ano que vem são Besturn, Changan, Dongfeng Fengshen, Geely, Haval, Hongqi, Lynk & Co, MG, Trumpchi, Roewe, Senova e Wey. Juntas, elas respondem por 85% do mercado local, que é o maior do mundo.

O ESC é considerado uma das tecnologias mais importantes em termos de segurança veicular desde o cinto de segurança. Ele se tornou obrigatório na Europa e Estados Unidos em 2012 e vem expandindo sua presença global a partir de modelos fabricados nestes locais. No Brasil, sua obrigatoriedade será apenas em 2020, para novos projetos, e em 2022, para todos os veículos.

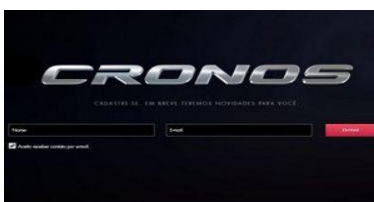
“O sistema eletrônico de estabilidade é uma tecnologia de vida útil vital e o Stop the Crash Partnership recebe calorosamente este passo significativo das montadoras chinesas. Estamos particularmente satisfeitos por ter sido feito durante nossas atividades de lançamento da campanha em Xangai, ajudando-nos a aumentar a conscientização de segurança rodoviária com consumidores de toda a China”, disse o presidente do Stop the Crash, David Ward.

“Este é um passo ousado dos fabricantes chineses, que demonstraram um compromisso real com a segurança rodoviária, ajustando esta tecnologia como padrão antes dos requisitos regulamentares”, comentou o secretário Centro de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento da China (Catarc). “A Catarc está empenhada em continuar a promover as tecnologias promovidas pelo Stop the Crash e a salvar vidas na China.”

Durante o evento de lançamento da campanha, também ocorreram apresentações de três sistemas autônomos de frenagem de emergência, ABS para motos e demonstrações de segurança de pneus, tal como foi feito no lançamento do programa na América Latina em 2016

## Cronos é o nome do novo sedã da Fiat

23/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Hotsite do Cronos criado pela Fiat: interessados podem deixar nome e e-mail para receber mais informações futuramente

A **Fiat** lançou uma brincadeira para desvendar o nome de seu novo **sedã Cronos**, derivado do Argo e cujo nome foi revelado na sexta-feira, 20, por meio de um vídeo veiculado nas redes sociais, O nome remete ao deus do tempo na mitologia grega.

A ação teve início na terça-feira, 17, quando a montadora anunciou um vídeo para o Facebook: seis unidades do modelo Uno, todos com uma escada no teto, disputariam uma corrida em pista fechada. Enquanto isso, a Fiat Argentina também lançava pistas do novo nome do modelo, onde será fabricado.

A primeira era de que o modelo não teria mesmo o nome Argo e que o nome não teria as letras H e U. Por fim, deixou um enigma: "alguns querem vencê-lo, outros só querem apreciá-lo", fazendo referência ao tempo.

Na sexta-feira, finalmente a montadora revelou com o nome com vídeo da corrida: enquanto os Unos percorriam a pista, cada um deles, numerados de um a seis, saía da rota a cada volta (seis no total) e dava lugar a um novo modelo lançado mais recentemente pela Fiat, como o Mobi, o próprio Argo e até mesmo a picape Toro. Todos eles entravam na pista com uma letra adesivada no capô.

Ao final da corrida, os carros alinhados formaram o nome Cronos. O nome também foi revelado pela Fiat Argentina em sua conta no Instagram. O modelo é internamente conhecido pelo nome-código X6S (s de sedã). No caso do Argo, antes de seu lançamento, a fabricante denominou o projeto de X6H (hatch).

O Cronos deve brigar diretamente com Chevrolet Prisma e o novo Volkswagen Virtus e chega para preencher espaços deixados pelos sedãs Linea e Siena. Atualmente, o único sedã na linha Fiat é o Grand Siena.

### **Bosch leva ônibus conectado a feira belga**

23/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Bosch** leva à 24ª Busworld Europe, que ocorre em Kortrijk, na Bélgica, um **ônibus** equipado com tecnologias para conectividade e infoentretenimento. Durante a viagem é possível assistir a filmes, navegar na internet e utilizar uma conexão capaz de transmitir música e vídeos graças à tecnologia multimídia da Bosch.

O Smart Infotainment criado pela Bosch é mostrado pela primeira vez na feira belga, que ocorre até 25 de outubro.

"A utilização de nosso sistema permite que as viagens de ônibus continuem a ser uma opção atrativa entre os transportes concorrentes", afirma Oliver Baecker, chefe da divisão de equipamentos para ônibus da Bosch.

O sistema apresentado pela Bosch pode receber estações de rádio e transmitir as músicas de um smartphone por Bluetooth. Também permite que o motorista faça chamadas telefônicas sem se distrair nem tirar as mãos no volante.

Um leitor de DVDs e um sintonizador de TV digital de alta definição ampliam as opções de entretenimento.

O Smart Infotainment traz também informações adicionais como detalhes sobre a música ouvida, o artista e até condições meteorológicas. Também reproduz o conteúdo de áudio fornecido para suas entradas USB e auxiliares ou por cartão de memória.

A Busworld Europe reúne este ano 310 ônibus. A organização espera 35 mil visitantes de mais de 100 países.

Esta é a última edição do evento em Kortrijk. A próxima ocorrerá na Bélgica pelo aumento da importância desse tipo de transporte na Europa. Mais de 70 empresas teriam deixado de participar dessa edição da feira por falta de espaço.

## Fenatran gera venda de mais de 2 mil carretas

23/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Em cinco dias de negócios, as fabricantes de implementos rodoviários presentes na **Fenatran** contabilizam mais de 2 mil vendas, entre **carretas** pesadas (reboques e semirreboques) e carrocerias sobre chassis. A Anfir, associação das empresas do setor, estima que os negócios somaram algo em torno dos R\$ 17,5 milhões e que a finalização das vendas deve ocorrer nos próximos meses.

“A Fenatran consolidou o movimento de recuperação que a indústria está experimentando nos últimos meses”, avalia o presidente da Anfir, Alcides Braga. “Desde o primeiro dia todos perceberam que essa Fenatran seria diferente. O ambiente de negócios estava mais forte, o que permitiu a realização de tantos negócios”, analisa.

O segmento de pesados registrou o melhor volume: foram negociados quase 2 mil reboques e semirreboques e 150 produtos leves.

Este volume corresponde a pedidos feitos durante o evento somados aos negócios que serão consolidados nos próximos meses mas que tiveram origem na Fenatran. Para este último trimestre, a entidade das fabricantes espera a venda de cerca de 1,2 mil unidades, a maioria do segmento pesado.

“A visibilidade fornecida no evento ajudou várias empresas a trabalhar melhor sua imagem buscando se consolidar como marca perante o mercado”, explica o diretor executivo da Anfir, Mario Rinaldi.

“Não podemos comparar com outras edições porque estamos saindo de uma crise profunda, mas sem dúvida alguma o saldo para todos os participantes é positivo”, conclui Rinaldi.

## Mitsubishi enfrenta greve em Catalão

23/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Paralisação começou na segunda-feira, 16

A fábrica de automóveis da HPE em Catalão (GO), onde são montados veículos **Mitsubishi** e **Suzuki**, enfrenta uma **greve** desde a segunda-feira, 16. Os trabalhadores reivindicam Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 7 mil, abono de R\$ 3,5 mil e reajuste de 5%.

De acordo com o sindicato local dos metalúrgicos, a fábrica oferece PLR de R\$ 5.420, abono de R\$ 1,6 mil e reajuste de 2%. A paralisação afeta cerca de 90% dos 2 mil funcionários da unidade. A empresa e o Simecat, Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão, estiveram reunidos na sexta-feira, 20, e deveriam encontrar-se também no fim de semana para tentar um acordo.

Uma nova assembleia entre o sindicato e os funcionários está marcada para a segunda-feira, 23. A HPE monta no Brasil a linha de picapes Mitsubishi L200, utilitários esportivos como o ASX, o sedã Lancer e também um modelo Suzuki, o jipe Jimny.

Em seu melhor ano, 2014, a fábrica produziu 45,8 mil unidades no Brasil. Em 2016 foram apenas 19,6 mil veículos. E a quantidade de veículos vendidos no País de janeiro até setembro (nacionais e importados) somou 16,6 mil unidades, um total 10,1% menor que o registrado no mesmo período do ano passado.

## **Mercado Livre lança reserva de carros pela internet**

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Mercado Livre lança nesta segunda-feira a opção de reservar um veículo desejado, a partir do pagamento antecipado de parte do valor.

A iniciativa faz parte de plano da empresa de lançar a venda de carros usados totalmente on-line.

Atualmente veículos, imóveis e serviços são as categorias em que não é possível fechar compras apenas pelo site. Os anúncios ficam na seção de classificados e é preciso que comprador e vendedor entrem em contato diretamente para cuidar da negociação e do pagamento.

O botão de reserva será adicionado às páginas de ofertas, junto às informações de contato do vendedor. A nova função servirá tanto para concessionárias como também para quem usa o site eventualmente para vender.

Para garantir a preferência na compra do veículo, o comprador deve antecipar valor que varia de R\$ 200 a R\$ 1.000 (maior quanto mais caro o veículo escolhido).

Quando o pagamento é feito, o anúncio sai do ar e comprador e vendedor tem até 21 dias para fechar o negócio. Qualquer um deles pode desistir da negociação e cancelar a reserva, o que fará o dinheiro ser devolvido ao cliente.

Caio Ribeiro, diretor do Mercado Livre Classificados, compara a opção oferecida a prática comum em concessionárias do pagamento do sinal quando o consumidor decide comprar um carro.

Quanto mais reservas bem sucedidas um vendedor tiver, melhor será sua avaliação dentro do site.

### **PRIMEIRO PASSO**

O lançamento é considerado o primeiro passo do Mercado Livre para colocar no ar a venda de carros usados pela internet.

Outro desafio para a venda se tornar mais digital é trazer para a internet ferramentas de certificação da qualidade dos carros, diz Ribeiro.

Também é preciso viabilizar formas alternativas de financiamento dos veículos, já que grande parte das negociações disso.

Ribeiro diz que a unidade de pagamentos da empresa, o Mercado Pago, vem desenvolvendo ferramentas de empréstimo a lojistas do site e, por isso, vê a questão como menos complexa.

O Mercado Livre recebe 200 mil anúncios de veículos por mês, segundo o executivo.

## Peugeot 208 ganha câmbio automático de seis marchas e consome menos

23/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Peugeot 208 se diferencia dos concorrentes no Brasil justamente por ser igual: é o único hatch compacto nacional que tem exatamente o mesmo desenho da versão vendida hoje na França, seu mercado de origem.

Essa característica não é suficiente para torná-lo um sucesso de vendas –está na 47ª posição do ranking de automóveis mais vendidos no país neste ano–, mas indica o caminho que a montadora pretende seguir.

"Passamos por momentos difíceis aqui, mas não deixamos de investir. Queremos que o Brasil entre no plano global de convergência de produtos, os carros comercializados no país deverão ser iguais aos disponíveis no mercado europeu", disse Jean-Philippe Imparato, presidente mundial da Peugeot, que esteve no Brasil no início de outubro.

A principal novidade da linha 2018 do hatch 208 é a caixa automática de seis marchas.

O câmbio produzido pela empresa japonesa Aisin é basicamente o mesmo que equipa outros veículos à venda no Brasil. Entre esses estão Chevrolet Onix, Citroën C3, Volkswagen Golf, Fiat Toro e Jeep Renegade.

### Divulgação



Peugeot 208 na versão Griffé

A mudança no sistema de transmissão faz o Peugeot ganhar a eficiência que faltava nos usos urbano e rodoviário.

A antiga caixa automática, de quatro marchas, afetava o consumo. Nas medições feitas pelo Instituto Mauá de Tecnologia, a média urbana do Peugeot com etanol passou de 6,3 km/l para 7,7 km/l.

O gasto de combustível seria ainda melhor se a marca francesa já adotasse no Brasil o mesmo motor 1.2 turbo de três cilindros (110 cv) utilizado na Europa.

De acordo com Rogério Freire Santos, chefe de produto da Peugeot no Brasil, o 1.6 flex (118 cv) usado hoje nas versões automáticas do 208 permanece por mais um bom tempo na linha.

A idade desse motor 1.6 –o projeto remete aos anos 1990– é disfarçada pelo câmbio de seis marchas. As trocas são poucos percebidas em uso urbano, e as teclas Eco e Sport podem mudar completamente as respostas do carro na estrada, priorizando menor gasto ou maior desempenho.

O motorista enxerga o painel por cima de um volante diminuto, experiência que não exige adaptação. O carro feito na cidade de Porto Real (RJ) tem regulagens amplas da coluna de direção e da altura do assento. Os bancos são de espuma firme, o que incomoda em viagens longas.

O espaço atrás é beneficiado pela boa largura da carroceria. Acomoda bem dois adultos e uma criança, todos presos por cintos de três pontos. Há encosto de cabeça para o passageiro central.

A versão Griffé é a mais em conta equipada com câmbio automático. O preço parte de R\$ 70,5 mil e inclui seis airbags, ar-condicionado digital e sistema multimídia com GPS e tela sensível ao toque.

Na França, a versão compatível com o modelo à venda no Brasil custa o equivalente a R\$ 80,5 mil. Os carros também estão caros por lá.

\*

### **PEUGEOT 208 GRIFFE**

Motor: Dianteiro, 1.587 cm<sup>3</sup>. 4 cilindros. 16 válvulas.

Potência: 118 cv (e) 115 cv (g) a 5.750 rpm

Torque: 16,1 kgfm (e/g) a 4.000 rpm

Câmbio: Automático, seis marchas

Porta-malas: 285 litros

Peso: 1.200 kg

Pneus: 195/55 R16

Aceleração: (0 a 100 km/h) 12,3s (e) e 12,9s (g)

Retomada: (80 a 120 km/h) 8,9s (e) e 9,6s (g)

Consumo urbano: 7,7 km/l (e) e 10 km/l (g)

Consumo rodoviário: 12,5 km/l (e) e 15,8 km/l (g)

Preço: R\$ 70.490